ENCONTROS E DESENCONTROS DAS PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO CIRCUITO ITALIANO DE TURISMO RURAL EM COLOMBO – PR.

Annamaria Artigas
Juliana Carolina Teixeira
Larissa Mattos Alves

Resumo

O desenvolvimento local consiste em uma proposta para o desenvolvimento humano em todos os seus aspectos. Por esse motivo, não parece satisfatório setorizar ou escalonar tal processo. A incontestável demanda de verbas para subsidiar o desenvolvimento faz com que esse, muitas vezes, seja confundido com crescimento econômico. Nesse sentido, emergem atividades produtivas como meio de se alcançar o desenvolvimento local. A industrialização foi, durante muito tempo, a estratégia mais usada pelas localidades. Por outro lado, os impactos ambientais e sociais que as indústrias trouxeram, ao longo dos anos, fazem com que outras atividades sejam buscadas como alternativa de desenvolvimento local, entre elas, o turismo. Diante desse contexto, este artigo reflete acerca dos encontros e desencontros das propostas de desenvolvimento local e da realidade do município de Colombo - PR. Para tanto, mostrou-se necessária breve revisão bibliográfica acerca do conceito de desenvolvimento local, atentando para aspectos históricos, propostas e características. Posteriormente, o estudo buscou identificar a influência das políticas de turismo no desenvolvimento do turismo local. Este trabalho é finalizado com a tentativa de indicar como o Circuito Italiano de Turismo Rural de Colombo - CITUR - se enquadra em características do desenvolvimento local encontradas em experiências de sucesso: empreendedorismo; saber fazer e formação; inovação; sinergias e amenidades; conectividade; competitividade e participação. Consideramos, assim, que o Circuito estudado busca o desenvolvimento local, mesmo que, atendendo timidamente as características desse desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Políticas Públicas de Turismo. Circuito de Turismo Rural.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento local consiste em uma proposta para o desenvolvimento humano em todos os seus aspectos. Por esse motivo, não parece satisfatório setorizar tal processo como social, cultural, econômico ou ambiental. Esses quesitos são constituintes da qualidade de vida e, portanto, o desenvolvimento humano ou local exige uma melhora estrutural. A complexa rede urbana atual, ao estimular a funcionalidade de cada espaço, aumenta a necessidade de que cada localidade se adapte para encontrar um meio de desenvolvimento local. A incontestável demanda de verbas para subsidiar o desenvolvimento faz com que esse, muitas vezes, seja confundido com crescimento econômico. Nesse sentido, emergem atividades produtivas como meio de se alcançar o desenvolvimento local.

A industrialização foi, durante muito tempo, a estratégia mais usada pelas localidades. Ainda hoje é possível observar diversos prefeitos que se esforçam para captar instalações de indústrias para seus municípios, muitas vezes, ignorando inclusive características e demandas regionais. Por outro lado, os impactos ambientais e sociais que as indústrias trouxeram, ao longo dos anos, fazem com que outras atividades sejam buscadas como alternativa de desenvolvimento local, entre elas, o turismo. E, é com base nesse contexto que se desenvolve o presente trabalho.

Este artigo tem como objetivo traçar reflexões acerca dos encontros e desencontros das propostas de desenvolvimento local e da realidade do município de Colombo, município da região metropolitana de Curitiba. Para tanto, mostrou-se adequada a discussão do conceito de desenvolvimento local, atentando para aspectos históricos, propostas e características de como esse processo acontece atualmente, principalmente em cidades pequenas situadas em regiões não metropolitanas. Em um segundo momento, este trabalho se propõe a analisar a influência de algumas Políticas Públicas do Turismo no desenvolvimento local. Dentre os diversos documentos que tem o Estado enquanto proponente, para esse trabalho foram selecionados o Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT e o Programa de Regionalização do Turismo, ambos, documentos direcionados a todo território nacional.

Finalmente, é apresentada a realidade do Circuito Italiano de Turismo Rural de Colombo. Feitos os esclarecimentos necessários, um último momento dessa pesquisa voltou-se à tentativa de indicar como o CITUR, instalado em Colombo, se enquadra pontualmente em características de desenvolvimento local encontradas em experiências de sucesso:

empreendedorismo; saber fazer e formação; inovação; sinergias e amenidades; conectividade; competitividade e participação.

2 DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESCLARECIMENTOS CONCEITUAIS

A dinâmica econômica traz em seu bojo o crescente desequilíbrio entre as mais diversas regiões do mundo. Nesse sentido, contraditoriamente, enquanto determinadas áreas crescem economicamente, outras tendem a aumentar os níveis de pobreza. Em uma tentativa de diminuir essas disparidades existentes, entra em pauta a discussão sobre a noção de *desenvolvimento,* a qual, ganha maior proporção após a Segunda Guerra Mundial, como resultado dos diversos prejuízos causados, conforme aponta Oliveira (2002).

Fazendo uma retrospectiva, Oliveira (2002) ressalta que a Organização das Nações Unidas (ONU) é criada nesse período para garantir o crescimento das nações. Identificam-se, nesse contexto, os primeiros ensaios para criações de organismos, programas e políticas voltadas para o desenvolvimento. É importante lembrar que, nessa retrospectiva, o pesquisador ressalta que crescimento e desenvolvimento econômico ainda não eram compreendidos como fatores distintos.

Porém, com a relevância econômica do termo desenvolvimento, os economistas de orientação crítica, a exemplo de Celso Furtado, passaram a questionar a validade da similaridade entre *crescimento* e *desenvolvimento*. Nesse sentido, o primeiro passa a ser compreendido como distinto do segundo. Enquanto crescimento valora questões econômicas, desenvolvimento busca melhorias nas esferas tanto econômicas quanto sociais, a exemplo, melhor qualidade na saúde, educação, dentre outras, segundo Oliveira (2002).

Dessas contradições nasce o conceito de desenvolvimento sustentável, oficializado pelo Relatório de Brundtland em 1987, como demonstra Cruz (2008). Isso porque o crescimento econômico entra no embate com a escassez e a consciente utilização dos recursos naturais, propondo assim, um desenvolvimento sustentável, que pressupõem os aspectos econômico, social e ambiental. Porém:

> O reconhecimento, pelas sociedades, dos efeitos perversos do crescimento econômico e do desenvolvimento econômico, que desconsideram os desdobramentos indesejados desse processo sobre a vida no planeta, fez do conceito de desenvolvimento sustentável um paradigma a partir do final do século XX, período em que se consolida o processo de globalização. (CRUZ, 2008, p. 99).

A partir da sua formulação, ganha corpo crescentemente os questionamentos sobre a utopia do desenvolvimento sustentável. Isso porque as contradições da globalização e do modo de produção capitalista vigente colocam em xeque a noção de sustentabilidade. Desses questionamentos, Cruz (2008) aponta o surgimento do conceito de desenvolvimento local, não como sinônimo de desenvolvimento sustentável, nem como uma contradição, mas com o mesmo cerne, o de desenvolvimento humano e social.

Nessa perspectiva, o conceito de desenvolvimento local surge como resposta a essas contradições, onde as desigualdades são criadas e reforçadas com regiões mais ricas e regiões mais pobres. Dessa forma, ao realizar pesquisa sobre os referenciais de desenvolvimento local, Endlich, (2007) explica que "[...] O desenvolvimento local é uma resposta à reestruturação produtiva que situa o desenvolvimento desigual num contexto de regiões ganhadoras e regiões perdedoras." (ENDLICH, 2007, p. 11).

Para a pesquisadora, esse desenvolvimento pode ser endógeno, quando o processo é realizado sem a intervenção de fatores externos, ou exógeno com grande dependência dos fatores externos, porém, qualquer iniciativa de desenvolvimento local possui fatores endógenos e exógenos quando baseada na atual conjuntura econômica. Afinal, as localidades não podem sobreviver, e nem devem ser tratadas dessa forma, isoladas do contexto mundial. Elas inevitavelmente se relacionam com outras escalas, como forma de sobrevivência e também de resistência.

Barquero (1993), referencial para o estudo de desenvolvimento local, realiza com muita propriedade, uma discussão pertinente que traz exemplos de cidades médias espanholas. O desenvolvimento local, para o pesquisador, como apontou Endlich (2007), baseia-se em experiências espontâneas das localidades. Isso porque, a estrutura produtiva e até mesmo as intervenções do Estado privilegiam as grandes cidades. Ao trazer a realidade espanhola como exemplo, o pesquisador explica que:

> Em la última década, las ciudades medias se han convertido em uno de los motores del crescimiento econômico, a pesar de que los objetivos de las políticas regionales siguen dando prioridad a las grandes ciudades. No se trata sólo de las capitales de provincia, de ciudades com tradioción industrial y con población significativa, sino también de centros urbanos, de menor dimensión y, frecuentemente, con una débil historia industrial, integrados em comarcas rurales que enfrentan los retos de la competitividad mediante acciones de política económica local. (BARQUERO, 1993, p. 177).

Exemplos dessas cidades médias, que buscam ações locais para seu desenvolvimento como forma de resistência à estrutura produtiva atual, são Lebrija e Estepa (ambas localizadas na comunidade autônoma da Andaluzia, no sul da Espanha), além de Berga (situada no nordeste espanhol, na comunidade autônoma da Catalunha). Apesar das políticas locais dessas cidades possuírem alguns pontos frágeis, elas são exemplos da busca pela reestruturação produtiva, citada pelo pesquisador. Lebrija, em particular, lembra algumas cidades brasileiras que passaram por problemas na produção agrícola e buscaram novas alternativas para o desenvolvimento.

Esta cidade espanhola, identificada pelo autor como uma agrocidade, sofreu com a crise da agricultura nos anos setenta. Uma nova configuração trouxe à cidade outros papéis, que buscaram reverter as perdas sofridas, com políticas locais iniciadas por uma equipe municipal, eleita através das primeiras eleições democráticas. Assim a cidade transforma-se em uma agrocidade que se industrializa, como expõe Barquero (1993), com as estratégias de desenvolvimento local. Mesmo mantendo a atividade agrária como base de seu sistema produtivo, Lebrija tem hoje, como principal atividade industrial local as indústrias alimentícias e têxteis.

Formando associações que se agrupam na Mancomunidad del Bajo Guadalquivir, criam-se programas, como o Programa Operativo Integrado (POI), o qual se desdobra em mais cinco sub-programas, dentre eles um programa específico para o Turismo. Apesar das dificuldades, o município impulsiona-se com o desenvolvimento local e traz novas alternativas de renda mediante recursos públicos e privados da própria comunidade.

Lebrija lembra casos de cidades brasileiras, baseadas na atividade agrícola, em que o processo de urbanização e o avanço da modernização da agricultura delegaram a esses espaços novas atividades, a exemplo das atividades não agrícolas. O turismo rural surge nesse cenário como atividade alternativa de renda no campo. Assim como Lebrija, cidades brasileiras utilizam a atividade do turismo como alternativa de desenvolvimento local. Cada caso, possuindo as suas especificidades, adota e administra estratégias de desenvolvimento local, como por exemplo, a escolha da atividade turística como alternativa.

Nesse sentido, Endlich (2007), ao tratar das realidades das pequenas cidades brasileiras, avança questionando sobre quais características são comuns entre as estratégias de desenvolvimento local/endógeno "[...] As principais características das experiências positivas são consideradas como requisitos na perspectiva do planejamento" (ENDLICH, 2007, p. 13). Dessa forma são identificados e discutidos sete pontos vistos como prerrogativas a um desenvolvimento

local, os quais são: Empreendedorismo; o saber fazer e a formação; a inovação; sinergias e amenidades; conectividade; competitividade e participação.

Para Endlich (2007) não se trata mais de experiências espontâneas, mas de políticas de desenvolvimento local, isso porque, inúmeros problemas não podem ser resolvidos localmente e, nesse sentido, surgem políticas para tentar resolve-los. É preciso compreender, portanto, que:

> O desenvolvimento local precisa ser pensado em articulação com escalas mais amplas. Pensar o local separado de outras dimensões espaciais encobre a natureza do desenvolvimento que é articulado com processos gerais, portadores de instabilidade por causa da mobilidade intensa do capital financeiro, que definem e redefinem os investimentos. O local, nos tempos atuais, não precisa, nem deve, permanecer isolado. Por outro lado, as sociedades locais não podem tomar rumos ditados por outras escalas, abdicando da gestão do próprio espaço. A escala global deve representar oportunidades de articulação para sociedades presentes nas escalas locais. (ENDLICH, 2007, p. 27).

Pensar o desenvolvimento local sem a articulação de organismos, programas e políticas em outras escalas é negligenciar as relações existentes entre elas. O turismo, como alternativa de desenvolvimento para pequenas cidades brasileiras, sofre influências das mais diversas escalas, que por mais que não contribuam financeiramente, regem determinados direcionamentos dados ao planejamento da atividade localmente.

Cavalcante (2005) menciona claramente essa questão ao tratar do Turismo Rural como alternativa de renda e fator de desenvolvimento local, no Norte Velho do Paraná. Ao mencionar as escalas da internacional à local, a pesquisadora menciona diversas políticas e órgãos que, de muitas maneiras, influenciam a iniciativa local. Dentre eles, cita-se a Organização Mundial do Turismo (OMT) em escala internacional, o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) em escala nacional, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) na escala estadual, a Paraná Turismo na escala regional e em escala local Cavalcante (2005) cita os próprios empreendimentos de turismo. Essas relações entre as escalas trazem estímulos importantes, todavia o processo de globalização que também as perpassa:

> [...] impacta as relações hierárquicas entre as diferentes escalas geográficas, rompendo com padrões históricos constituídos. A fluidez das ações hegemônicas e sua capacidade cada vez maior de penetrar os mais recônditos rincões do planeta impõe desafios a todo e qualquer projeto de desenvolvimento local, associado ou não à atividade do turismo. (CRUZ, 2008, p. 104).

Considerando o desenvolvimento local como a conjuntura de fatores endógenos e exógenos, os quais pressupõem a relação entre comunidade local, mercado e Estado, compreende-se que a grande relação entre as escalas estimula as potencialidades locais como também promovem dificuldades ao seu pleno desenvolvimento. As principais características consideradas positivas para o desenvolvimento local possuem suas contradições, como explicitou Endlich (2007), e cabe aqui analisá-las.

3 POLÍTICAS DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento local consiste em uma proposta para o desenvolvimento humano em todos os seus aspectos. Por esse motivo, não parece satisfatório setorizar ou escalonar tal processo como social ou ambiental, nacional ou estadual. Esses quesitos são constituintes da qualidade de vida, e, portanto, o desenvolvimento humano ou local exige uma melhora mútua. Esse papel muitas vezes atribuído ao turismo é teoricamente apresentado com certa distorção da realidade. O turismo tem capacidade de aumentar os índices de desenvolvimento ou crescimento das localidades. Ainda assim, essa distribuição espacial não é o mesmo que uma distribuição estrutural.

> Muitos lugares pobres, capturados pela atividade do turismo, viram suas economias dinamizadas e assistiram a profundas transformações em seus territórios sem que, necessariamente, suas populações se tivessem tornado automaticamente detentoras de melhores condições de vida e de renda. (CRUZ, 2006, p. 339).

Contudo, assegurar que ao menos parte dessa riqueza permaneça na localidade, não é tarefa fácil. Dinamizar as economias locais e regionais pelas demandas que os turistas trazem consigo, fazendo circular o capital e garantindo vantagens a um maior número de envolvidos, está suscetível ao planejamento: "um processo político-ideológico, que exprime anseios, objetivos, visões de mundo dos atores sociais que o conduzem.". Ato indispensável na elaboração de políticas públicas, pensadas como "um documento público, que reúna o pensamento do(s) poder(es) público(s) (local, estadual, regional ou nacional) com relação à organização do setor de turismo em um dado território." O desenvolvimento do turismo ou pelo turismo, "deve ser um projeto construído coletivamente e não uma resposta a interesses particulares, de grupos sociais específicos." Por isso, ele não deve ser conduzido por

particulares ou grupos sociais específicos, que muitas vezes não podem nem ser considerados atores locais. (CRUZ, 2006, p. 342).

O envolvimento de atores locais é prioritário para o processo de desenvolvimento local. Esses atores não devem ser definidos exclusivamente pelo mero recorte na área que se planeja. O espaço local "está em movimento; ou seja, é um conjunto poroso, e a preocupação não está em saber onde ele se inicia, ou se termina, mas nos arranjos dos elementos que o compõem. O local não é apenas fisicamente localizado, mas socialmente construído". O que significa que possibilidades de desenvolvimento, tal como o turismo local, "são particulares a cada espaço, devendo ser avaliadas no âmbito de sua própria região". (SAMPAIO, 2004, p.43-44).

Historicamente no Brasil, as ações de planejamento por parte do Estado, são mais marcadas pelas incipiências do que por sua interferência. Nesse sentido, bem lembra Dye (1992, apud COBOS; PAIXÃO; SILVEIRA, 2006, p. 125): "política pública é tudo que o governo decide fazer ou deixar de fazer." Sendo essa última mais marcante no contexto histórico do turismo. As primeiras ações relacionadas ao turismo por parte da administração pública remontam à década de 1930 e 1940, que, com ações espaças trouxeram interferências diretas e indiretas no turismo. Entre 1950 e 1980 destacou-se o crescimento econômico acelerado, interiorização do mercado e ações de infraestrutura. A desconcentração produtiva aliada a centralização da gestão reconfiguraram o território brasileiro. O turismo, enquanto esfera nacional passa a participar do processo com a criação da EMBRATUR em 1966. (SHIKI, 2007).

Essa atividade, nesse ínterim, segue a lógica do setor industrial, em que nos fins de 1980, as políticas públicas de turismo, conduzidas por uma cúpula nacional, traduziam a visão de poucos. A participação estadual e municipal no processo restringia-se à execução de planos e programas. (BENI, 2006).

A década de 1990 é marcada pela tentativa de mudar esse cenário, com o objetivo de articular cidades, estados e união. Quanto às políticas públicas, o período representa significativa abertura no diálogo entre as esferas da administração pública, academia, organizações não-governamentais e iniciativas privadas. Estimulado pela diretriz de descentralização das políticas públicas do Plano Pluri Anual (1996/99), surge o Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT, com a bandeira principal de descentralizar e definir, com a efetiva participação dos atores acima citados, as ações de planejamento.

> Adota-se a ideia proposta pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 1994) de que o turismo ocorre efetivamente nos destinos, ou seja, nos municípios, e que são os munícipes os verdadeiros conhecedores das potencialidades do território onde residem. A Embratur começa então a repassar as diretrizes de desenvolvimento diretamente às prefeituras, baseando-se na participação comunitária e na formação de conselhos, o que norteará a estrutura política do governo FHC. (COBOS, PAIXÃO, SILVEIRA, 2006, p. 126).

Ressalta-se que essa ação, de transferir para a escala local as responsabilidades da administração pública em planejar e executar a política de turismo é pautada em um modelo elaborado pela OMT, pra orientar ações municipais em seus países-membros. No Brasil, o uso da metodologia do PNMT se tornou normativo. Possivelmente, por sua característica de colonialismo metodológico, desconsiderando as diversidades do território nacional, o Programa apresentou, logo no início, falhas na sua implantação. A citada metodologia consistia na realização periódica de reuniões, em diversas regiões do país. Nesse sentido, o principal legado do PNMT consistiu na mobilização de relevante parcela da população nacional na discussão sobre a importância do turismo. Ainda que a sensibilização seja relevante, o objetivo do programa não era esse, mas sim, que os atores locais dessem continuidade à proposta de desenvolvimento da atividade turística, o que não aconteceu. "Quando era necessário avançar na elaboração de projetos e propostas tecnicamente viáveis não havia profissionais qualificados para tal." (COBOS, PAIXÃO, SILVEIRA, 2006, p.129).

Prioritário salientar, nessa discussão, a consideração dos autores acima, quando complementam que foi "relegado aos pequenos municípios o papel de meros participantes de exaustivas discussões sobre a importância do turismo, e outras questões que talvez nunca se transformassem em realidade para os setores, tanto públicos, quanto privados locais" (COBOS, PAIXÃO, SILVEIRA, 2006, p.129). A colocação indica que, ainda que o PNMT seja constantemente referenciado como a ação da administração pública nacional mais voltado às escalas locais, parece que nem todas as escalas locais foram contempladas. Se os pequenos municípios que contavam com estrutura administrativa ficaram às margens do processo, pode-se dizer que pequenas comunidades foram ainda mais negligenciadas nos resultados do Programa.

O PNMT adentrou o século XXI, quando com a mudança de governo, é criado o Ministério do Turismo e o Plano Nacional de Turismo 2003-2007. É por meio desse documento que o PNMT é oficialmente substituído pelo Programa de Regionalização do Turismo, macro

programa do PNT-2003. Ainda que pautada na premissa de descentralização, a Regionalização busca criar regiões turísticas e segundo o Ministério do Turismo (2004, p.11) "[...] regionalizar é transformar a ação centrada na unidade municipal para uma política pública mobilizadora de planejamento e coordenação para o desenvolvimento turístico local, regional, estadual e nacional, de forma articulada e compartilhada." (BRASIL - PRT, 2004, p. 11)

Estudiosos do setor ainda não enxergam esta como a política que possibilitará grandes avanços no desenvolvimento do turismo nacional, e os motivos são diversos. É possível notar que são poucas as ações de efetiva regionalização, porém é significativo o crescimento de roteiros rurais que incluem mais de um município, com objetivo prioritário de agregar produtos isolados. Essa forma de estruturação atual de produtos turísticos parece "[...] servir momentaneamente para o marketing de destinos e para ampliar o fluxo turístico para algumas regiões a curto prazo, mas de maneira alguma, é o caminho para estabelecer e consolidar o turismo como instrumento de desenvolvimento sustentável". (BENI, 2006, p. 32)

Outro fator contra a Regionalização está relacionado à estrutura da administração pública no Brasil. Por não ser a região considerada uma divisão político-administrativa do território, ações voltadas a ela são dificilmente implementadas. "Alguns chegam a afirmar que a falência de projetos de desenvolvimento regional tornará essa escala obsoleta". (SILVA, 2008, p. 70). Além de não ser uma instância de administração, a proposta de organização regional pode ainda incomodar os interesses da administração municipal; ainda que seja essa a mais viável possibilidade de ampliar a visitação e permanência em pequenos municípios. Exemplifica Cruz (2006, p. 343): "[...] o planejamento regional requer abdicação, por parte dos poderes públicos municipais, de parte de seus projetos em prol de um projeto coletivo."

Nesse contexto, observam-se atualmente intensas tentativas de organizar e fortalecer a escala local. O turismo, nesse contexto, parece ter uma lógica um pouco diferente, para não dizer inversa. Enquanto se busca, agora, novas formas de organização em escala local, o turismo, de certa forma, dá essa etapa por vencida. O discurso expresso nos documentos oficiais sugere que o setor já esteja amadurecido para arranjos de maior abrangência. Talvez, na busca por uma identidade regional comum, ocorra uma descaracterização do macro produto, reduzindo a região apenas a um recorte de área, e não a uma escala de desenvolvimento, onde esteja articulada uma rede local.

As políticas nacionais de turismo, ainda quando voltadas para escalas menores que a nacional, revelam seu aspecto seletivo, já que suas propostas não direcionam as possibilidades de desenvolvimento dos mais diversos lugares turísticos. De fato, elas sugerem consolidação de novos destinos, privilegiando aqueles localizados em regiões com maiores índices de desenvolvimento, ou com maiores fluxos, preferencialmente, internacionais. "As regiões mais pobres, assim, continuariam em desvantagem do ponto de vista de um possível uso de seu território pelo turismo" (CRUZ, 2000, p. 59). Continua, assim, o espaço local como um puro e simples receptáculo de ações deliberadas de atores hegemônicos.

Notou-se então, que a menor escala em que o turismo chegou foi a municipal. Contudo, a escala municipal não é a menor escala em que o turismo se organiza, visto que municípios de diferentes tamanhos, intra organizam-se em bairros e vilas turísticas, ou de acordo com os segmentos de mercado que atendem. Em muitos municípios encontram-se diferentes zonas de desenvolvimento local.

> O termo população e seus derivados, como população local, sugerem uma homogeneidade que não existe. Em sociedades capitalistas periféricas a população é heterogênea, sendo enorme a assimetria de poder. Isso dificulta a participação de todos na gestão dos recursos sócio-espaciais de seu município. Dificilmente o turismo, ou outra atividade, tenderá para um desenvolvimento duradouro em tal contexto. (SOUZA, 1998 apud SHIKI, 2007, p.64).

A não existência de uma administração pública nessas escalas menores dificulta a articulação entre os atores dessas escalas intra municipais, como bem indica Silva (2007, p. 71) "[...] o Estado é só um entre os vários modelos da organização institucional do poder, embora o mais bem elaborado." Floresceram na última década diversas tentativas de organização institucional para melhor posicionamento no mercado globalizado com significados específicos que os distinguem: articulação, cooperação, ação combinada, arranjos, entre outros, que têm se mostrado formas eficientes e reais de representação das escalas locais.

Independente da discussão sobre a escala que melhor legitime o local, o desenvolvimento do turismo, ou de qualquer outra atividade "[...] requer medidas que excedem a ação isolada tanto da sociedade como do Estado; é necessária a ação combinada dos múltiplos nichos da iniciativa privada e das instâncias do poder público". (RUA, 2006, p. 18)

Em tempo, vale salientar que quando se fala em desenvolvimento turístico não se objetiva a esse o papel de principal economia local. A dependência de fatores exógenos tais como

turistas e outros destinos tiram do turismo as vantagens de setor prioritário da economia local. Mesmo em crescente melhora da qualidade dos serviços e produtos turísticos a localidade pode ter sua atratividade completamente alterada pela formatação de novos destinos ou fluxos.

4 COLOMBO E O CIRCUITO ITALIANO DE TURISMO RURAL

O município de Colombo está localizado ao norte de Curitiba, com área de 198, 7 km², dos quais 128,3 km² são de área rural e 70,4 km² de área urbana. Um fato a ser mencionado é que 70% do território de Colombo está em Área de Proteção Ambiental. Com uma população de aproximadamente 233 mil habitantes o município está dividido em 42 bairros e 200 loteamentos urbanos e rurais. Integra a Região Metropolitana de Curitiba e destaca-se como a oitava cidade do Estado em volume de produção de hortaliças. De acordo com dados da Secretaria de Agricultura, são cerca de 700 famílias que produzem 95 milhões de quilos anualmente. É também considerado Pólo de Agricultura Orgânica do Paraná.

De acordo com informações fornecidas pela prefeitura, o município de Colombo teve sua formação iniciada no ano de 1877, quando um grupo de colonos italianos, vindos de Morretes, recebe do Governo Provincial uma porção de terras de 80 lotes, sendo 40 urbanos e 40 rurais. A essa colônia foi dado o nome de Alfredo Chaves.

> Ainda no fim do século XIX, as terras que originariam o município de Colombo receberam novos contingentes de imigrantes. No ano de 1886 foi criada a Colônia Antonio Prado, com imigrantes italianos e polacos, também no mesmo ano, criou-se a Colônia Presidente Faria somente com imigrantes italianos; um ano depois anexo a Colônia Presidente Faria, surgiu a Colônia Maria José (atualmente município de Quatro Barras); e finalmente em 1888 surgiu a Colônia Eufrazio Correia (atualmente Bairro do Capivari), sendo as duas últimas colônias somente de imigrantes italianos. Porém, a Colônia que mais se destacou foi a Colônia Alfredo Chaves que assumiu o papel de sede do futuro município. A mudança oficial do nome Colônia Alfredo Chaves para Colombo, deve-se a uma medida do Governo Provisório Republicano, pelo Decreto n.º 11 de 8 de janeiro de 1890. Este nome foi dado em homenagem ao descobridor das Américas – Cristóvão Colombo. Em 5 de fevereiro de 1890 foi instalado o Município, sendo o seu primeiro Presidente de Intendência o Sr. Francisco de Camargo Pinto e em 1891 assumiu João Gualberto Bittencourt. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE DE COLOMBO, 2009).

A Colônia de Alfredo Chaves foi a que mais prosperou, chegando a produzir além do necessário para o consumo de seus integrantes, o que possibilitava a venda dos excedentes.

> Quando da chegada dos imigrantes, implantaram-se sistemas ligados ao auto consumo e venda de excedentes para Curitiba. Além da exploração da madeira e da erva-mate, as parreiras de uva, o milho, o feijão, o gado, as aves e os suínos, em diferentes combinações, fizeram parte dos primeiros sistemas de produção destes agricultores. Eram comuns os sistemas agroflorestais combinando pasto e culturas de subsistência, ao lado da viticultura. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE DE COLOMBO, 2009).

Na década de 1920, a localidade apresenta grande progresso, época em que teve um considerável crescimento industrial, contando com duas fábricas de louça, uma delas considerada entre as melhores do país, e uma fábrica de vidro, com considerável volume de produção. Apesar disso, Colombo não se consolida como município e é extinto em 1932, tendo seu território anexado a Bocaíuva do Sul, recebendo a denominação de Capivari. Mais tarde, novamente com o nome de Colombo é anexado ao território de Curitiba. Somente em 1943 é que o poder político e administrativo é restaurado e Colombo volta a ser um município independente.

Por ter recebido grande incentivo do Governo da Província para o cultivo de uvas, as colônias italianas destacaram-se nessa atividade. Isso porque, além das cepas recebidas seus integrantes eram familiarizados com a atividade de cultivo e processamento das uvas.

> Até a década de 1960, a viticultura foi considerada uma atividade de grande importância econômica para o município de Colombo, também fortemente associada a tradições sócio-culturais. Além das cantinas para auto consumo, já no início do século, foram implantadas adegas como a Vinhos Paraná, Colombo e Guarise. Esse mercado vai se manter vantajoso até meados da década de 60, quando emerge a crise da uva e do vinho. O início dos anos 60 foram marcados pelo declínio da viticultura. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE DE COLOMBO, 2009)

Além da doença conhecida como “pérola”, outros fatores foram essenciais para a queda da produtividade em Colombo, alguns parreirais chegaram a ser totalmente extintos para ceder espaço a outras culturas com maior demanda. Outros fatores que contribuíram com o declínio da produtividade local, foram a queda do preço do vinho e a alta competitividade dos vinhos produzidos no Rio Grande do Sul, que passam a ser importados em grande quantidade pelas vinícolas locais, fato que se perpetua até os dias de hoje.

> Em conjunto, estes fatores levaram à redução em grandes proporções das áreas de cultivo de uva. Em muitos casos, isto significou a opção pela especialização na produção de hortaliças. Em outros, significou uma situação de crise.A decadência da viticultura e a ascensão da olericultura, na década de 60, marcam um momento de transição significativo. A redução nas áreas de produção de uva provoca mudanças de ordem econômica e sócio-cultural. Ainda que a produção de uva e vinho também fossem orientadas para o mercado, seu significado para os agricultores ia além da estrita busca de um dado mercado e do lucro. Ela significava um laço da identidade italiana e de um modo de relação destes agricultores com a natureza. A uva atua como um mediador entre a exploração da natureza e a vida da comunidade. Ao extinguir seu parreiral o agricultor está rompendo, ou minimizando, um modo de coexistir com os recursos naturais. Natureza, produção, trabalho e cultura estão fortemente articulados na cultura da uva e na produção do vinho. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE DE COLOMBO, 2009).

Apesar de todos os indícios de que a produção de uva não se configura como a melhor opção, levando em conta a rentabilidade, alguns agricultores permanecem na atividade. Segundo o IBGE (2010) existem 175 produtores com área cultivada de 113 ha, colhendo 1695 toneladas por safra.

> É necessário destacar ainda a importância que o cultivo de uva tem. Depois da redução drástica dos parreirais na década de 60, tal como já foi relatado, recentemente o cultivo de uva vem sendo valorizado, principalmente em função do crescimento da demanda por vinho, associada ao crescimento do turismo rural no município e a propaganda nos meios de comunicação que vinho faz bem a saúde. A zona na qual existiam os principais remanescentes desta cultura mostra perspectivas de crescimento das áreas destinadas ao cultivo de uva, aproveitando principalmente áreas de maior declividade, impróprias ao cultivo de hortaliças. Atualmente, 56% das propriedades desta zona possuem parreirais. Estes valores caem para 24% e 33% das unidades em outras localidades. Nestas zonas 80 famílias produzem vinho, e destas, 30 famílias possuem vinícolas, onde o vinho é obtido de forma artesanal. Para que o vinho possa ser fabricado, os produtores estão adquirindo grande parte da uva do Rio Grande do Sul e municípios vizinhos, pois a produção do município não é mais suficiente para atender a demanda dos produtores de vinho. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE DE COLOMBO, 2009).

Mesmo em minoria, esses produtores buscam alternativas para melhorar a renda de suas propriedades. Isso ocorre por meio da comercialização dos subprodutos da uva ou de outros produtos característicos do meio rural. Para além, muitos buscam ainda, na atividade turística esse incremento. É nesse contexto, da tentativa de preservar o marcante traço cultural, que por muito tempo fez parte da identidade do município de Colombo, que algumas ações vêm sendo

desenvolvidas pela Secretaria de Turismo do Município, umas delas é a manutenção e reestruturação do Circuito Italiano de Turismo Rural - CITUR.

4.1 O CIRCUITO ITALIANO DE TURISMO RURAL

O Circuito Italiano de Turismo Rural é considerado um projeto pioneiro no estado, articulado pela Paraná Turismo, Eco Paraná, EMATER e COMEC, em parceria com a Prefeitura Municipal. Os estudos para sua implantação iniciaram-se no ano de 1998, mas somente em 1999 ele é oficialmente instituído. Segundo Nitsche (2000) o projeto do CITUR foi elaborado pela EMATER/PR e Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Agricultura de Colombo (SEMAA) com o apoio da COMEC. Para além, a Eco Paraná e a Paraná Turismo tiveram ações mais pontuais e operacionais, sendo concentradas na etapa de divulgação do CITUR.

De acordo com a Secretaria de Turismo do Município, o Circuito Italiano de Turismo Rural tem como objetivos principais "a preservação do meio ambiente e geração de emprego e renda no meio rural". Assim, inicia-se um processo de desenvolvimento alavancado pela comercialização de bens e serviços da pequena propriedade, na tentativa de promover a permanência no campo.

As ações que resultaram na criação do circuito são desdobramentos das propostas do PNMT, e apesar do Conselho Municipal do Turismo – COMTUR, fruto das ações empreendidas pelo programa, ter sido instituído somente no ano de 2002, ou seja, 4 anos após a implementação do CITUR, o mesmo é, atualmente, regido por esse conselho, que desde 2006 estabeleceu o Manual de Normas e Procedimentos Internos do Circuito Italiano de Turismo Rural.

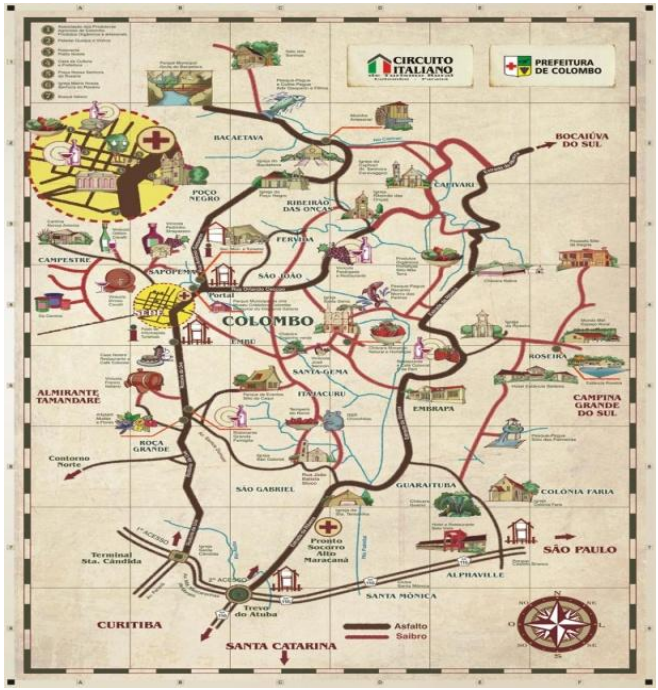
Atualmente fazem parte do CITUR 48 pontos de visitação, distribuídos em 32 quilômetros de extensão, passando pela sede no município e por 12 comunidades rurais: São João, Ribeirão das Onças, Capivari, Sapopema, Fervida, Santa Gema, Roseira, Colônia Faria, Prado, Itajacuru, Campestre e Bacaetava. (SECRETARIA DE TURISMO DE COLOMBO, 2007).

A variedade, a quantidade de pontos de visitação e a extensão do CITUR não tornam possível a visitação de todos os pontos acima citados em apenas um dia. Alguns empreendedores do CITUR tomam essa característica como positiva, considerando que os turistas podem voltar mais vezes sem necessidade de passar pelos mesmos locais.

Pontos de Visitação	Quantidade	Atrativos
Atrativos Turísticos	6	Parques, casa da cultura, praça, sede da Embrapa
Atrativos Religiosos	11	Igrejas
Vinícolas	7	Comércio de vinhos, sucos, conservas, geleias, queijos, embutidos e artesanato
Produção Orgânica	4	Colhe e pague, café colonial, sucos, licores e hortaliças
Pesque e Pague	4	Com áreas de lazer e serviços de alimentação
Meios de Hospedagem	4	
Restaurantes	7	Serviços variados, maioria com comida típica italiana
Outros	3	Comércio de mudas e plantas, comércio de pequenos animais, moinho artesanal
Somente comercialização de produtos, sem infraestrutura de apoio ao turista	3	Artesanato, produtos coloniais, embutidos
Fonte: Candioto (2007)		

Quadro 1 – Relação de Empreendimentos/Pontos de Visitação do CITUR

O CITUR não possui transporte regular para visitação de seus pontos, assim, o turista, dotado de um mapa do circuito, escolhe quais pontos serão visitados. O circuito possui dois eixos distintos, um trajeto pela Rodovia da Uva e o outro pela Estrada da Ribeira.



Fonte: Prefeitura Municipal de Colombo
Disponível em http://www.colombo.pr.gov.br/pagina.asp?id=50

5 CITUR E DESENVOLVIMENTO LOCAL: TENTATIVAS DE ALINHAMENTO

As reflexões construídas até o momento objetivaram esclarecer conceitualmente o termo desenvolvimento local, refletir sobre o papel das políticas nacionais de turismo enquanto fortalecedora dessa escala e conhecer ainda que brevemente, o Circuito Italiano de Turismo Rural. Este tópico, em específico, consiste no exercício de considerar o turismo a luz das teorias dessa forma de desenvolvimento.

É numerosa a bibliografia acerca do desenvolvimento com contribuições trazidas por autores de diversas áreas, sua relação com a escala local também recebe crescente atenção. Apesar dos vários estudos encontrados durante a elaboração deste trabalho, um destacou-se por traçar considerações bastante pontuais quanto ao Desenvolvimento Local, o artigo *Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades?* de autoria da Profª Drª Angela Maria Endlich.

O material, publicado em 2007 na revista Redes, após sistematização de novos referenciais sobre o desenvolvimento nessa escala, apresenta "[...] elementos que dão origem ao desenvolvimento local, características de experiências consideradas bem sucedidas" (ENDLICH, 2007, p. 5). Os sete elementos foram sistematizados pela autora, com base em diversos referenciais sobre desenvolvimento local. Vale lembrar que o artigo em questão é direcionado às pequenas cidades em regiões não metropolitanas, e tal como sua referência base, traz considerações voltadas prioritariamente à produção industrial. Contudo, a partir de agora, a pesquisa busca indicar como o Circuito de Turismo Rural de Colombo, município da região metropolitana de Curitiba, se enquadra pontualmente nas elencadas características de desenvolvimento local: empreendedorismo; saber fazer e formação; inovação; sinergias e amenidades; conectividade; competitividade e participação.

Por diversos fatores, com destaque à geração de empregos, o empreendedorismo é estimulado pelo Estado e comumente exaltado como protagonista do desenvolvimento. "Por essa lógica espaços serão mais ou menos desenvolvidos, dependendo da capacidade de empreendedorismo local." (ENDLICH, 2007, p.13). Isso porque, como bem aponta a autora, muitos casos de desenvolvimento local estão baseados em pequenas e médias empresas.

O paradigma dominante, até há pouco, defendia que o desenvolvimento do turismo nacional estaria pautado na instalação de empresas de grande porte, preferivelmente de bandeira e

padrão internacional. Contudo, pesquisas recentes indicam uma série de vantagens do desenvolvimento de pequenas e médias empresas de empreendedores, prioritariamente, locais ou regionais. O fato citado se observa claramente no CITUR, onde os novos prestadores de serviços turísticos são residentes locais, que aderiram ao roteiro turístico com objetivo de dinamizar a economia de suas propriedades, através da diversificação de suas atividades produtivas. Essas características de dinamizador econômico e diversificador produtivo têm atribuído ao turismo grande capacidade de desenvolvimento local.

Por outro lado, a característica saber fazer, aparentemente, não se aplica ao caso de Colombo, principalmente, por ser o turismo uma atividade nova, se comparada a outras formas produtivas. Historicamente, o saber fazer pode explicar a funcionalização de um local, influenciado pelo conhecimento herdado com as produções tradicionais. O passado e os hábitos comuns permitem o entendimento de que exista uma atmosfera produtiva em uma localidade. "Nela se concentra grande número de pessoas dedicadas a atividades especializadas e parecidas. É como se o conhecimento acerca das mesmas estivesse disperso pelo ar, inevitavelmente conduzindo ao aprendizado dos mais jovens." (BELLANDI, 1986, p. 39 apud ENDLICH, 2007, p. 15).

O texto de apoio trata do setor industrial, e a identificação dessa característica do desenvolvimento local no turismo exige um árduo exercício. É possível conceber destinos turísticos, que por sua beleza cênica, historicamente recebem visitantes e são sedes de segundas residências. Contudo, o hábito de receber e o deslocamento de relevantes fluxos, fator imprescindível no turismo, não é comumente verificado nos dias atuais. No entanto, o "[...] saber local é nutrido pelo cotidiano" (SANTOS, 1999, p. 22 apud ENDLICH, 2007, p. 15), e dessa forma é possível que breves gerações estejam envoltas do clima turístico, no hábito de receber, hospedar, alimentar, e dividir seu cotidiano com um número significativo de não residentes. Conforme Endlich (2007), a formação aparece como algo espontâneo que acontece com o saber fazer, e como tal não é comum nos destinos turísticos.

O caso em estudo, o CITUR, como a maioria dos destinos turísticos, não traz em seu processo de desenvolvimento influências do saber fazer e da formação, já que a turistificação da localidade é significativamente influenciada pela interferência da administração pública, como será tratado com detalhes adiante.

Outra característica do desenvolvimento local é a inovação, afinal, "[...] mais do que saber fazer; mais do que contar com a experiência; é preciso que a sociedade local seja receptiva e catalisadora de inovações, pois as regras de mercado não incluem a acomodação" (ENDLICH, 2007, p.16). Assim, inovar significa tanto implementar um novo bem ou serviço, quanto melhorar a qualidade daquele já existente, para atender as necessidades do mercado.

A atividade turística de consumo *do* e *no* território possui total relação com essas regras de mercado. Com isso, os fornecedores de produtos turísticos, devem estar atentos às exigências dos seus clientes, buscando inovações para melhor atender sua demanda. Porém, quando tratamos do agricultor de base familiar trabalhando com a atividade turística, devemos salientar que, estar totalmente atrelado às regras do mercado capitalista, por vezes, não é a característica desse agricultor. Dessa maneira, as propriedades e comunidades rurais podem encontrar alguns desafios para receber o turista da cidade, como apontou Ruschmann (2000).

Isso porque, determinados grupos de turistas buscam as características da vida no campo sem abdicar de certo nível de conforto. Nessa perspectiva, os agricultores de base familiar participantes do CITUR de Colombo são cobrados pela inovação de suas propriedades para melhor receber os turistas, como demonstra estudo empírico realizado por Candiotto (2007) no circuito:

> […] A divulgação na mídia aumentou a demanda, e Antonio Miglioransa[1] pediu para empreendedores primarem pela qualidade dos materiais de divulgação e por inovações nos empreendimentos para atrair mais turistas. Ocorre, no entanto, que Antonio cobra dos empreendedores, mas não cumpre suas funções, como a de capacitar a funcionária do posto de informações, e de por em prática as decisões do CMT. (CANDIOTTO, 2007, p. 308).

Ao mesmo tempo em que inovações são exigidas pelos agentes exógenos do desenvolvimento local, esses mesmos agentes falham em suas tarefas. As responsabilidades do poder público e outros organismos que auxiliam no planejamento, não são cumpridas em determinados momentos, acarretando em pontos negativos para o CITUR de Colombo. Isso demonstra que a inovação é um ponto falho do ponto de vista dos planejadores exógenos ao roteiro, fato que dificulta o estímulo para o agricultor de base familiar em inovar.

[1] Secretário de Agricultura e Meio Ambiente da época.

Da mesma maneira, sinergias e amenidades são afetadas pela grande interferência dos agentes exógenos na atividade turística realizada em Colombo. Ainda, conforme Candiotto (2007), Colombo desenvolve o roteiro de Turismo Rural em função de determinadas características, as quais são: a) localização próxima a Curitiba, que representa grande parte da demanda; b) sua boa rede de circulação, transportes, equipamentos e serviços; c) sua localização em determinadas áreas de preservação ambiental e; d) sua grande característica do município com a vida do campo.

Esses fatores formam, no município, os referenciais de amenidades para o desenvolvimento local. Segundo Endlich (2007) temos as amenidades sociais (referentes ao baixo nível de conflitos sociais, característicos de pequenas cidades) e, as amenidades ambientais (referentes à qualidade de vida como conseqüência da preservação ambiental).

Nesse sentido, as características citadas por Candiotto (2007) sugerem a existência de amenidades sociais e ambientais que propiciam o desenvolvimento do turismo local no CITUR de Colombo. Porém, como já citado anteriormente, em se tratando das sinergias, a influência dos agentes exógenos traz impactos negativos. Isso porque, "Ao falar do empreendedorismo já se expôs sobre a necessidade de sinergias para o desenvolvimento local e do novo papel do Estado em liderar e concentrar interesses" (ENDLICH, 2007, p. 17). Mas ao relacionarmos essas características com o CITUR de Colombo, compreendemos que algumas falhas comprometem a sinergia do roteiro:

> A criação do Conselho Municipal de Turismo em abril de 1999 contribuiu para a busca de uma gestão descentralizada e compartilhada do CITUR, aglutinando atores locais com ele envolvidos, mas também incorporando a participação de atores exógenos, como a COMEC e a EMATER, que tiveram papel importante na implantação do CITUR. Analisando as atas do CMT, percebemos, contudo, a existência de relações internas de poder que perpassam o próprio CMT, ao ponto de prevalecerem as intencionalidades daqueles atores sociais mais articulados politicamente (CANDIOTTO, 2007, p. 299).

A sinergia para o desenvolvimento local se caracteriza pela descentralização de poder, a unificação de interesses, as relações sociais consensuais, dentre outros fatores, como apontou Endlich (2007). A busca pela descentralização da gestão do roteiro foi um ato plausível dos proponentes da atividade, porém a grande influência dos agentes exógenos descaracteriza o desenvolvimento local. Uma vez que, relações de poder privilegiam determinados grupos em detrimento da segregação de outros, temos o esfacelamento de qualquer tipo de sinergia existente

entre o interesse maior do grupo. Essas características do CITUR de Colombo, portanto, apontam para a existência de amenidades potenciais para o turismo local, mas deficientes em uma importante característica para o desenvolvimento local que é a sinergia.

A conectividade, característica importante para o desenvolvimento local, e de suma importância para a atividade turística, pode ter resultados bastante controversos. Muitos autores ressaltam que a concentração geográfica, típica das indústrias, já não é mais fator decisivo para a produção, pois as redes possibilitam maior articulação entre os diferentes processos de produção até se chegar ao produto final. Porém, essas tentativas nem sempre se apresentam com efetivas soluções.

Segundo Endlich (2007), "Em um período de tão grande difusão de redes pelo território, recriam-se as desigualdades entre sociedades que possuem territórios equipados e aquelas que não receberam esses investimentos" (ENDLICH, 2007, p.19). Somente na Região Metropolitana de Curitiba existem, segundo informações da Secretaria de Estado de Turismo – SETU, além do CITUR, mais sete circuitos turísticos com características semelhantes. Alguns ainda não se encontram estruturados e prontos para comercialização, outros já desenvolvem tímidas ações para fomentar o desenvolvimento da atividade, mas uma coisa é comum a praticamente todos: os investimentos não chegam até o produtor rural na quantidade e qualidade necessárias. Quando nos referimos à qualidade de investimento, pode soar estranho, mas percebe-se, observando rapidamente as experiências empreendidas no setor de turismo que esses investimentos superam a questão financeira. Os integrantes do CITUR e certamente de outros circuitos semelhantes necessitam de tempo e dedicação de técnicos da academia e do poder público, no sentido de se qualificar para inserir seu produto ou empreendimento no mercado turístico.

Outra característica apontada por Endlich (2007) é a competitividade, fator facilmente identificado na realidade onde está inserido o CITUR. Como dito anteriormente, são oito produtos muito semelhantes entre si, com diferentes graus de desenvolvimento, competindo por um público bastante específico.

> A necessidade de produzir competitivamente gera conflitos entre unidades territoriais semelhantes e em condições sociais e políticas parecidas, o que o *planejamento estratégico* procura diferenciar. O urbanismo *neoliberal* é pautado pela competitividade. É o urbanismo do *city marketing*. São cidades mutuamente destrutivas, resultantes de uma política de mercado para o espaço. (ENDLICH, 2007, p. 20).

Vale ressaltar que a postura do poder público, com relação ao apoio, através da política de turismo, parece acirrar ainda mais essa competitividade entre as cidades da RMC, uma vez que prioriza suas ações para aqueles que se encontram em um estágio avançado de desenvolvimento, relegando a segundo plano, aqueles que talvez mais necessitam de um efetivo acompanhamento.

> As propriedades e os empreendimentos selecionados como de maior potencial foram basicamente aqueles que já ofereciam algum produto que poderia ser aproveitado como atrativo ou equipamento turístico. No que tange às propriedades rurais, foram selecionadas aquelas que já possuíam vinícolas, áreas de lazer, produtos orgânicos e produtos processados. Na verdade, tais propriedades já recebiam visitantes que iam comprar os produtos e usufruir o local. (CANDIOTTO, 2007, p. 246).

O objetivo não é defender a ausência de competitividade no mercado turístico, porém cada vez mais se percebe a necessidade de mudar alguns paradigmas sociais, com relação à busca pelo melhor produto. Endlich (2007) esclarece que um mundo competitivo não pode produzir outra coisa senão uma geografia ainda mais instável.

Buscar a competitividade de uma forma positiva, pautada por novos referenciais de desenvolvimento, seria, ainda de acordo com Endlich (2007), colocar a serviço da produção os recursos e atributos locais, capazes de trazer à tona qualidades até então despercebidas, qualidades essas que aumentariam a possibilidade de inserção econômica a toda e qualquer atividade produtiva.

A participação, tão desejada por alguns e até mesmo temida por outros, tem ganhado um status de poder bastante interessante. Ora são os governos que buscam descentralizar sua gestão através da participação popular, a gestão participativa. Ora é a sociedade organizada através de sindicatos patronais, associações de moradores, de classe, entre outras que tentam por diversos meios serem inseridas no processo de tomada de decisão, nos quesitos considerados por eles, mais importantes do planejamento e gestão.

Relação muito controversa, e, ao que parece, de difícil harmonização é, de acordo com Endlich (2007), requisito fundamental para que o espaço possa se produzir com atributos mais humanos, atenuando a desigualdade social. Porém, é preciso ficar atento à natureza dessa participação que pode apresentar-se com distintas vertentes: a da emancipação ou da submissão humana. Essa caracterização positiva ou negativa da participação popular depende da forma

como se dá essa participação na tomada de decisão, a forma como ela é gerenciada pelas lideranças políticas e sociais, carregadas da bagagem ideológica que pauta suas ações.

No CITUR percebe-se a tentativa de garantir uma maior participação da comunidade no processo de gestão da atividade com a criação do Conselho Municipal do Turismo, órgão que ficaria a cargo da gestão do CITUR.

> A criação do Conselho Municipal de Turismo em abril de 1999 contribuiu para a busca de uma gestão descentralizada e compartilhada do CITUR, aglutinando atores locais com ele envolvidos, mas também incorporando a participação de atores exógenos, como a COMEC e a EMATER, que tiveram papel importante na implantação do CITUR. Analisando as atas do CMT, percebemos, contudo, a existência de relações internas de poder que perpassam o próprio CMT, ao ponto de prevalecerem as intencionalidades daqueles atores sociais mais articulados politicamente. (CANDIOTTO, 2007, p. 299).

Fato que causa estranheza, é que, mesmo buscando a gestão descentralizada e participativa do CITUR, seu órgão gestor é formado, inicialmente, por quatorze conselheiros, dos quais sete pertencem a iniciativa pública, entre eles EMATER, COMEC, e os conselhos de desenvolvimento agropecuário e de meio ambiente de Colombo, e sete empreendedores. E em algumas épocas a representatividade do poder público aumenta em relação a representatividade dos empreendedores. Nesse sentido, é possível perceber que as decisões ainda são tomadas de forma centralizada e verticalizada, originadas de cima para baixo, conforme Candiotto (2007).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando alguns estudos realizados acerca do Desenvolvimento Local e das contribuições que a atividade turística pode trazer nesse sentido, percebe-se que algumas iniciativas buscam atuar justamente nos setores onde a sociedade apresenta maior necessidade de desenvolver novas formas de geração e distribuição de renda.

Vale ressaltar que o turismo quando inserido no contexto da agricultura familiar deve ser apresentado como uma forma de agregar valor à atividade principal desse produtor, e até mesmo utilizar espaços e recursos humanos que se encontram em situação ociosa.

O CITUR, bem como os outros roteiros da RMC, apesar de ser claramente uma iniciativa fomentada pelo poder público através de seus organismos oficiais e não de iniciativa dos produtores, que ainda encontram dificuldades para um relacionamento harmônico entre eles,

é uma experiência que busca fomentar o desenvolvimento local e que mesmo timidamente, atende os pressupostos sistematizados por Endlich (2007).

A intervenção do Estado é necessária, porém deve haver limitação para suas ações, o ideal é que concluído o trabalho inicial de qualificação do produto, para que ele possa ser introduzido no mercado, os técnicos passem a exercer gradativamente menor grau de influência nas decisões e que os empreendedores possam, com base na vontade coletiva, tomar sob sua responsabilidade o desenvolvimento desses roteiros. Claro que, quando esses empreendedores julgarem necessário, o Estado pode realizar novas intervenções, porém bastante pontuais e sem caráter decisório.

Os atores envolvidos no processo ainda não têm a total dimensão do papel de cada um dentro da organização e do processo de tomada de decisão do CITUR, porém, com o passar do tempo, essa organização vai naturalmente se estabelecendo. Através da análise dos pressupostos do Desenvolvimento Local e sua relação com a realidade do CITUR, percebe-se que muito se tem feito para que os empreendimentos que aderiram ao circuito permaneçam e se qualifiquem, capacitando sua oferta para melhor atender a demanda existente por esse produto específico, que é o Turismo Rural.

7 REFERÊNCIAS

BARQUERO, A. V. **Política Económica Local. La respuesta de las ciudades a los desafios del ajuste productivo.** Madrid: Ediciones Pirâmide, S. A., 1993.

BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil.** São Paulo: Aleph, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo**: diretrizes políticas: roteiros do Brasil. Brasília: [s.n], 2004.

CANDIOTTO, L. **Turismo rural na agricultura familiar**: uma abordagem geográfica do Circuito Italiano de Turismo Rural – CITUR, município de Colombo – PR. Florianópolis, 2007.

CAVALCANTE, M. C. M. H. **Turismo e excursionismo rural. Potencialidades, regulação e impactos.** Londrina: Humanidades, 2005.

COBOS, V. J; PAIXÃO, D. L. D; SILVEIRA, C. E. Políticas Públicas de Turismo e a Política no Brasil: singularidades e (des)continuidade. **Ciência e Opinião**, Curitiba, v.3, n.1, p. 120-135, jan./jun. 2003.

COLOMBO, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte. Manual histórico cultural de Colombo. Disponível em http://www.colombo.pr.gov.br.

CRUZ, R. C. A. **Política de turismo e território.** São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço**. *En publicacion: América Latina: cidade, campo e turismo*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales diciembre. 2006.

_____. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras.** São Paulo: Letra e Imagem, 2008.

ENDLICH, A. M. Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? In: **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 5-35, mai./ago. 2007. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes>. Acesso set. 2009

IBGE, Produção Agrícola Municipal 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat. Acesso out. 2010.

NITSCHE, L. B. **Circuito Italiano de Turismo Rural em Colombo e Bocaiúva do Sul**: um enfoque avaliativo. (Especialização em Planejamento e Gestão do Turismo) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. In: **Revista FAE**, v. 5, n. 2, maio-agosto de 2002, p. 41-48. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/revista.asp> . Acesso set. 2009.

RUA, M. G. Turismo e Políticas Públicas de Inclusão. In: BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Social – Diálogos do turismo**. Rio de Janeiro:IBAM, 2006.

RUSCHMANN, D. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A; FROELICH, J. M; RIEDL, Mário (orgs.). **Turismo e desenvolvimento sustentável.** Campinas: Papirus, 2000.

SAMPAIO, C. A. C. **Desenvolvimento Sustentável e Turismo**. Florianópolis: Edifurb, 2004.

SHIKI, S. F. N. **Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Local: Sustentabilidade do Turismo no Nordeste Brasileiro.** Brasília: UNB, 2007. 361p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Susntetável. Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SILVA, M. Poder Local: Conceito e exemplos de estudos no Brasil. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 69-78, dez. 2008.